

PROJETO DE LEI Nº 9.362, DE 2017

Apensados: PL nº 10.928/2018, PL nº 2.670/2019, PL nº 3.432/2019, PL nº 477/2019, PL nº 5.162/2020 e PL nº 140/2021

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

Dispõe sobre o tratamento tributário a ser conferido às novas empresas de tecnologia do agronegócio (*Startup Agro*).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei concede isenção de impostos federais para novas empresas de tecnologia do agronegócio (*Startup Agro*).

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se “nova empresa de tecnologia do agronegócio”, doravante referida como “*Startup Agro*”, a empresa emergente, de base tecnológica, focada em desenvolver e comercializar produtos, serviços ou soluções inovadoras que atendam às necessidades do setor agrícola, pecuário e aquícola, cuja data inicial de operação seja posterior à entrada em vigor desta Lei e que atenda a critérios de inovação e potencial de crescimento estabelecidos em regulamento..

Art. 3º A empresa que se enquadrar na definição do art. 2º poderá aderir a tratamento tributário especial pelo prazo de 2 (dois) anos, na forma do regulamento.

Parágrafo único. A adesão mencionada no **caput** deste artigo implica isenção total e temporária do pagamento de todos os impostos e contribuições federais.



Art. 4º Findo o prazo de 2 (dois) anos, a *Startup* Agro poderá optar pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), observados os requisitos e parâmetros legais.

Art. 5º A União facultará às pessoas físicas e jurídicas, na qualidade de investidoras, a dedução do imposto sobre a renda dos valores investidos para o desenvolvimento de novas empresas de tecnologia do agronegócio (*Startup* Agro), na forma do regulamento.

Parágrafo único. A dedução prevista no **caput** deste artigo não poderá ultrapassar 5% (cinco por cento) do total de imposto devido e será válida apenas para investimentos realizados em *Startups* Agro dentro dos primeiros 2 (dois) anos de operação.

Art. 6º A autoridade competente poderá autorizar a operação de ambientes regulatórios experimentais para *Startups* Agro, denominados "*sandboxes* regulatórios", destinados a promover a inovação agropecuária.

Parágrafo único. A autorização de que trata o **caput** deste artigo será concedida às entidades que a solicitarem e atenderem aos critérios estabelecidos nesta Lei e no regulamento.

Art. 7º As entidades interessadas em obter autorização para *sandboxes* regulatórios deverão apresentar projeto ao órgão competente, contendo, entre outras, as seguintes características:

I - emprego inovador de tecnologia ou utilização alternativa de tecnologias já existentes;

II - melhorias que resultem em eficiência aprimorada, redução de custos, aumento de segurança, diminuição de riscos e benefícios para a sociedade e os consumidores;

III - plano de descontinuidade, detalhando as medidas a serem implementadas para garantir a continuidade operacional do projeto após o término do período de autorização do *sandbox* regulatório.

Art. 8º A autoridade competente estabelecerá normas para os procedimentos de solicitação e autorização de operação dos *sandboxes*



regulatórios e poderá restringir ou suspender as atividades regidas pelos *sandboxes* regulatórios, bem como emitir orientações pertinentes.

§ 2º Na aplicação do disposto no § 1º, deverão ser considerados a proteção de direitos fundamentais, os direitos dos consumidores envolvidos e a segurança dos dados pessoais processados.

Art. 9º Os participantes do *sandbox* regulatório, no contexto da regulamentação de inovação agropecuária, são responsáveis por quaisquer danos causados a terceiros durante os testes, nos termos da legislação vigente sobre responsabilidade civil.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, em de novembro de 2024.

Dep. **EVAIR VIEIRA DE MELO**
Presidente

